



DOS MUNICÍPIOS INTERIORANOS ÀS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS ENFRENTADOS POR MULHERES NA BUSCA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Luana Cândido Dos Santos¹

Universidade Federal de Pernambuco

luanacandidodossantos@gmail.com

Ana Márcia Moura da Costa²

Universidade Federal de Pernambuco

Anamouracosta08@gmail.com

Marilene Vieira Barbosa³

Universidade Federal de Pernambuco

mary-t.a@hotmail.com

Itamar José Dias e Cordeiro⁴

Universidade Federal de Pernambuco

itamar_cordeiro@yahoo.com.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Luana Cândido Dos Santos, Ana Márcia Moura da Costa, Marilene Vieira Barbosa e Itamar José Dias e Cordeiro (2020): “Dos municípios interioranos às Universidades Públicas Federais: perspectivas e desafios enfrentados por mulheres na busca da educação superior”, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, ISSN: 1988-7833, (agosto 2020). En línea: <https://www.eumed.net/rev/ccss/2020/08/mulheres-ensino-superior.html>

Resumo

O acesso à educação superior caracteriza-se como uma importante ferramenta de ascensão e emancipação social, uma vez que promove o progresso civilizatório, profissional e humanístico dos cidadãos. No entanto, por muitos anos o acesso ensino superior no Brasil foi tido como um privilégio acessível às classes hegemônicas, classes essas majoritariamente compostas por homens e em áreas centrais das grandes cidades brasileiras. Tais fatos fizeram com que as desigualdades de gênero estivessem cada vez mais presentes e acentuadas no decorrer da história da educação, resultando, assim, em um processo em que as mulheres fossem recorrentemente excluídas do acesso ao ensino superior. Mediante isso, a presente artigo tem como objetivo central investigar os desafios enfrentados por mulheres que vieram do interior pernambucano na busca pelo ensino superior em universidades federais da cidade do Recife. Para tanto, foi realizada uma

pesquisa bibliográfica de abordagem qualiquantitativa, bem como a aplicação de questionários semiestruturados. Os resultados evidenciaram que a maioria delas ainda sofre com preconceitos de gênero, primordialmente, por não quererem apenas ficar restritas às atividades tidas historicamente como de “mulheres” e por consequência procurarem melhores postos de trabalho por intermédio da educação superior; exercitando, dessa maneira, a liberdade democrática que é parte do seio da Constituição. Por conseguinte, pontua-se que a necessidade de se coibir qualquer tipo de discriminação é imprescindível para o alcance do bem-estar social entre indivíduos, uma vez que o alcance da igualdade de gênero e do respeito entre cidadãos promoverá, indubitavelmente, o progresso social e econômico de qualquer sociedade.

Palavras-chave: Ensino Superior, Igualdade de Gênero, Mulheres Interioranas.

FROM THE COUNTRYSIDE MUNICIPALITIES TO FEDERAL PUBLIC UNIVERSITIES: PERSPECTIVES AND CHALLENGES FACED BY WOMEN IN THE SEARCH FOR HIGHER EDUCATION

Abstract

Access to higher education is characterized as an important tool for social ascension and emancipation, since it promotes the civilizing, professional and humanistic progress of citizens. However, for many years, access to higher education in Brazil has been seen as an accessible privilege to hegemonic classes, classes that are mostly composed of men and in central areas of large Brazilian cities. Such facts produced with gender inequalities are increasingly present and accentuated throughout the history of education, resulting, therefore, in a process in which women are often excluded from access to higher education. Therefore, this research has as its central objective to investigate the main challenges faced by women who came from all over by Pernambuco in search of college education at federal universities in the city of Recife. To this end, a bibliographic research with a qualitative approach and exploratory nature was carried out, as well as an application of semi-structured questionnaires. The results showed that most of them still suffer from gender bias, mainly because they do not want to be restricted only to activities historically considered as "women" and because of seeking better work results through college education; exercise, in this way, a democratic freedom that is part of the heart of the Constitution. For example, if you need a type of discrimination, it is essential to achieve social well-being among people, once it reaches the reach of gender levels and to respect between the changes promoted, undoubtedly, the social and economic progress of any society.

Keywords: Higher Education, Gender Equality, Countryside Women.

DESDE LOS MUNICIPIOS INTERIORES HASTA LAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERALES: PERSPECTIVAS Y DESAFÍOS A LOS QUE SE ENFRENTAN LAS MUJERES EN LA BÚSQUEDA DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR

Resumen

El acceso a la educación superior caracteriza como una herramienta importante para la ascensión social y la emancipación, teniendo en cuenta que promueve el progreso civilizador, profesional y humanista de los ciudadanos. Sin embargo, hace muchos años que acceso a la educación universitaria en Brasil fue visto como un privilegio accesible para las clases hegemónicas, clases que en su mayoría están compuestas por hombres y en áreas centrales de las grandes ciudades brasileñas. Tales hechos hicieron que las desigualdades de género fueran cada vez más presentes, lo que resultó en un proceso en el que las mujeres fueron excluidas repetidamente del acceso a la educación superior. Por lo tanto, la presente investigación tiene como objetivo principal investigar los principales desafíos que enfrentan las mujeres que vinieron del interior de Pernambuco en la búsqueda de educación superior en universidades federales de la ciudad de Recife. Asíque, se realizó una investigación bibliográfica. Los resultados mostraron que la mayoría de las mujeres suguen sufriendo sesgos, principalmente porque no quieren limitarse a actividades históricamente consideradas "mujeres" y, en consecuencia, buscan mejores empleos a través de la educación superior; ejerciendo así la libertad democrática que forma parte del corazón de la Constitución. Por lo tanto, se señala que la necesidad de frenar cualquier tipo de discriminación es esencial para el logro del bienestar social entre las personas, ya que el alcance de la igualdad de género y el respeto entre los ciudadanos sin duda promoverá el progreso social y económico y de cualquier sociedad.

Palabras clave: Educación superior, Igualdad de género, Mujeres rurales.

1. Introdução

O acesso à educação superior no Brasil é um eficiente mecanismo para o desenvolvimento do país, uma vez que promove a ascensão social, profissional e política dos indivíduos presentes naquele território. Contudo, segundo Guedes (2009), esse acesso, por muito tempo, constituiu-se como um privilégio acessível e disponível apenas às classes dominantes; classes essas compostas, majoritariamente, por homens e em áreas centrais das grandes cidades brasileiras.

Tal premissa fez com que as desigualdades de gênero estivessem presentes e cada vez mais acentuadas no decorrer da história da educação. Ao se analisar historicamente o protagonismo, por gênero, no panorama do ensino superior brasileiro, constata-se que as mulheres foram e são recorrentemente excluídas do acesso a uma formação universitária, ou têm sua participação pouco valorizada. Tais fatos eram mais acentuados principalmente para aquelas mulheres que viviam geograficamente distantes das áreas em que se concentram as grandes universidades (LOURO, 2014).

É importante pontuar, assim, que o fato da exclusão e não participação feminina no espaço universitário começou a despertar debates cada vez mais recorrentes e

emblemáticos na sociedade brasileira (BLAY, 2001). Estes questionavam e reivindicavam, entre tantos outros direitos, o acesso e permanência das mulheres nesses espaços. Movimentos em busca de mais oportunidades através da educação para o alcance da igualdade de gênero se intensificaram, primordialmente, na década de 1970. A Organização das Nações Unidas (ONU) declara o início da Década da Mulher. Em território brasileiro, surgem engajados grupos sociais comprometidos em lutar pela igualdade das mulheres, por sua ascensão social e acesso mais igualitário à educação.

A ascensão de tais movimentos, além de lutar pela igualdade de gênero, vem também a desmitificar algumas falácias que por muito tempo se configuraram empecilhos para a ascensão social feminina. Um dos dogmas mais preponderantes, que marcaram a ideia de “inferioridade”, segundo Whitaker (1988), estava na premissa patriarcal de a mulher ser “submissa”, “passiva” avessa ao homem, visto como viril e racional. A fim de mudar essa realidade de opressão social historicamente vivenciada pelas mulheres e desconstruir os mitos que se formaram através da edificação de modelo e sistema patriarcal, teve início o movimento feminista. O seu significado, de forma ampla, pode ser entendido, segundo Teles (1993, p. 10): “[...] o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão, e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, política e ideológica da sociedade”.

Para além dos objetivos principais do feminismo, que são a desconstrução de estereótipos, a desconstrução da divisão dos sexos, bem como a luta e busca pela igualdade entre os gêneros, o processo de articulação entre grupos feministas na sociedade civil alcançou inúmeros direitos e conquistas inalienáveis às mulheres no Brasil. Diversificados e importantes documentos normativos que regem o país passam a assegurar formalmente, em suas diretrizes, o pleno direito constitucional à igualdade. A exemplo disso, na contemporaneidade, tem-se a Carta Magna brasileira, ao prevê em seu artigo 5 que°:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988, p.02).

Além do respaldo constitucional supracitado, a criação de políticas públicas voltadas à igualdade de gênero pode e deve impactar positivamente a vida das mulheres. Ao se coibir e mitigar a violência e preconceitos, bem como estimular a emancipação feminina, principalmente por intermédio da educação, não só as mulheres mas também a sociedade como um todo responderão positivamente a tais mudanças. Segundo dados publicados no

Relatório Mundial sobre a desigualdade de gênero (2020), o incentivo e inclusão de mulheres em posições estratégicas de gestão ou de liderança, assim como sua participação na força de trabalho em setores estratégicos como ciência e tecnologia, trazem benefícios inquestionáveis, sobretudo, ao desenvolvimento econômico e social dos países.

Frente a isso, o presente artigo tem sua justificativa resguardada na importância de se analisar e, por conseguinte, enfatizar a relevância do processo da inserção feminina em cursos superiores, principalmente, por aquelas mulheres que estão geograficamente mais distantes dos grandes polos universitários. Nesse contexto, almeja-se também dar mais visibilidade ao grande contingente de mulheres que enxergam a educação superior como um mecanismo para o alcance de uma vida independente e livre de preconceitos que as limitam historicamente. Além de relatar as dificuldades vivenciadas pelas mulheres para se inserir no ambiente acadêmico, dar-se-á visibilidade ao fato do acesso às universidades representar uma ferramenta de emancipação social e concorrência por melhores postos de trabalho para todas as mulheres (GUEDES, 2008, p. 121).

1.1 Objetivos

Investigar os principais desafios enfrentados por mulheres oriundas do interior pernambucano em busca da educação superior;

Identificar se houve algum tipo de discriminação por gênero no ingresso dessas mulheres na universidade;

Elucidar a importância da educação superior para a ascensão social das mulheres e sua relação com a igualdade de gênero.

1.2 A importância da Educação superior como mecanismo de ascensão social para mulheres na contemporaneidade

Ao se analisar historicamente o processo de inserção da mulher no ensino superior brasileiro, constata-se que desde o processo de colonização do país, esse ingresso se deu de maneira tardia e extremamente desigual quando comparado com o processo de inserção masculina (GISI, 2006). Por muito tempo, os moldes da educação feminina centrou-se, primordialmente, no aprendizado e na execução de serviços domésticos e maternos. Tal fato fez com que fosse delegado às mulheres, estereótipos engessados que as restringem/restringem apenas a atividades ligadas ao ser uma boa “esposa” e “mãe”.

Estudos históricos atestam na literatura brasileira a situação da subalternização a qual as mulheres foram submetidas desde os primórdios no Brasil. Pois como salienta Ribeiro (2000):

A discriminação contra a mulher foi percebida pelos índios brasileiros, que a achando injusta, foram solicitar ao Pe.

Manoel da Nóbrega a entrada também das suas filhas na escola de ler e escrever, fato que fez o jesuíta enviar uma carta à Rainha de Portugal solicitando a permissão necessária para o ensino das moças (...) contudo, Dona Catarina, Rainha de Portugal, negou o pedido devido às 'consequências nefastas' que o acesso das mulheres indígenas à cultura da época pudesse representar.

A estruturação do patriarcalismo em todo mundo, estava intimamente condicionada, segundo estudos antropológicos, a mecanismos biológicos como a força física dos homens. Esse aspecto evolutivo reverberou em estereótipos de gênero que perduram até hoje na contemporaneidade. Segundo estudiosos, o fato de a mulher possuir menos força física que o homem e está condicionada biologicamente a "perpetuar" a espécie humana, fez/faz com que ao gênero feminino ficasse/fique vulnerável a violência, a menores salários e pouca ou quase nenhuma representatividade política.

No Brasil, como salientado anteriormente, a tradição ibérica, advinda de Portugal para a colônia brasileira, considerava a mulher um "ser inferior", o que conseqüentemente influenciaria a falácia de que elas não tinham a necessidade de aprender a ler e escrever (RIBEIRO, 2000). Com o passar do tempo, chegara a Colônia, movimentos fortalecidos com os ideais iluministas, que chegaram ao Brasil por intermédio dos intelectuais advindos, sobretudo, da Europa. Esses acontecimentos, fizeram com que avanços tímidos ocorressem em relação às mulheres, como a permissão para que as meninas frequentem as escolas. Entretanto, o ensino era distinto e separado por sexo (SECO; AMARAL, 2020).

O acontecimento acima supracitado abriu caminho para outras conquistas às mulheres. Com a permissão para o ingresso delas nas escolas, abriu-se caminhos e perspectivas para que elas tivessem acesso ao magistério como profissão (STAMATTO, 2020). Todavia, esses marcos não representaram que haveria um ensino extensivo à população, principalmente ao público feminino. O ensino em casa ainda era majoritariamente destinado às mulheres e reforçavam ainda mais estereótipos preconceituosos de gênero que tolhe e reprime a mulher até nos dias de hoje. Cursos que as ensinavam a bordar, costurar, cozinhar e limpar eram muito frequentemente destinados a mulher. A maioria das mulheres que viveram na época do Brasil Império vivenciaram situações de dependência e inferioridade. Aranha (2006) afirma que "... a maioria das mulheres viviam restritas as prendas domésticas e as boas maneiras, além da formação moral e religiosa, pois o objetivo prioritário era prepará-las para o casamento".

Com o passar do tempo, houve períodos importantíssimos que foram determinantes para a ascensão feminina através do acesso à educação que lhe fora por muito tempo negada. O período intitulado "Pacto Populista", que ocorreu de 1945 à 1964, fez surgir vários grupos organizados pela sociedade civil, que através da pressão popular clamavam

e exigiam a democratização do ensino. Entretanto, é de suma importância salientar que foi apenas a partir da na LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), promulgada 1961, Lei nº 4.024/61, que “foi garantida equivalência de todos os cursos de grau médio, abrindo a possibilidade para as mulheres que faziam magistério de disputar os vestibulares” (BELTRÃO; ALVES, 2009).

Nessa perspectiva, é importante pontuar que foi só a partir da década de 1960 que as mulheres obtiveram maiores chances de acesso e ingresso ao ensino superior. Pois como afirmara Souza e Sardenberg (2013): “No Brasil, o início da luta por esse direito data do século dezenove, mas será somente a partir dos anos 1960 que as mulheres brasileiras começaram a ter presença, de fato, no ensino superior”. Com o passar do tempo, mais precisamente falando em 1985, a expansão do ensino no Brasil seguiu com a instalação da chamada “Nova República” e teve perspectivas distintas

A sociedade brasileira foi estruturada historicamente em um sistema patriarcal. A té hoje, muitas dessas mulheres ainda permanecem restritas majoritariamente aos cuidados e funções no espaço doméstico. Entretanto, com a luta e conquistas obtidas por movimentos feministas que eclodiram sobretudo na década de 1970, muitas meninas podem se inserir em um curso de graduação e conseguindo assim maior autonomia e discernimento financeiro. Muitas delas galgam espaços importantes no mercado de trabalho, com ênfase em um aperfeiçoamento profissional e melhores condições de vida. Nessa perspectiva, Guedes (2004) pontua que:

O contexto social em que ocorre a expansão do ensino superior é marcado pela abertura do regime político ditatorial, a liberalização sexual e a quebra de antigos tabus. O movimento feminista começa a surgir no Brasil e a entrada das mulheres no mercado de trabalho começa a ser assistida também nas classes mais altas, onde tradicionalmente o papel desempenhado pelo contingente feminino estava ligado ao espaço doméstico e aos afazeres do lar.

Desta forma, as mulheres são desafiadas a superar as barreiras impostas historicamente para a concretização e obtenção de uma formação superior, que possa garantir a elas seus direitos e autonomia em uma sociedade marcada pelo patriarcalismo e violência doméstica.

2. Metodologia

2.1 Área de estudo

O respectivo estudo foi realizado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) (Figura 1). Estas foram escolhidas

por estarem situadas na Região Metropolitana do Recife (RMR) e conseqüentemente atraírem maior gama de estudantes oriundos do interior de Pernambuco para os cursos de graduação.

Figura 1: Mapa de localização geográfica da UFPE e UFRPE.



Fonte: Santos, L. C. (2020).

A UFPE e UFRPE são instituições de ensino superiores públicas federais, subsidiadas pelo Governo Federal. Seus *campi* centrais estão sediados na cidade do Recife, no estado de Pernambuco. A UFPE (Figura 2) oferece mais de cem (100) cursos de graduação, sendo a grande parte no campus da cidade do Recife, tendo também um campus nas cidades de Caruaru e Vitória de Santo Antão. A UFPE também conta com cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações) e cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado) (UFPE, 2020).

A UFRPE (Figura 3) tem sua sede em Recife como acima supracitado, uma unidade em Serra Talhada (no Sertão pernambucano) e outra no Cabo de Santo Agostinho na região Metropolitana do Recife. Ela possui *campi* em outras cidades do estado em construção. A UFRPE oferece cursos de graduações presenciais e a distância, cursos de mestrado profissional e acadêmico e de doutorado acadêmico (UFRPE, 2020).

Figura 2: *Campi* da Universidade Federal Pernambuco.



Fonte: Jornal do Comércio, 2019.

Figura 3: Reitoria da Universidade Federal Rural Pernambuco.



Fonte: Folha PE ,2019.

É oportuno salientar que ambas as instituições UFPE e UFRPE contam com políticas de assistência estudantil. Tais políticas possibilitam aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, subsídios necessários para seu acesso e permanência na universidade. Essas políticas atendem estudantes da RMR, e primordialmente, estudantes oriundos do interior do estado e de outras Unidades Federativas (UF) do Brasil.

2.2 Classificações da pesquisa quanto à abordagem e objetivo

No que se refere à classificação da pesquisa quanto à sua abordagem, é importante salientar que ela caracteriza-se como quali quantitativa. Essa abordagem envolve métodos qualitativos e quantitativos para obtenção de uma análise mais profunda de discursos e relatos sobre o assunto abordado, pesquisado. A pesquisa quali quantitativa ou métodos mistos, como denominam Creswell e Clark (2007), apresentam uma tipologia amplamente

voltada para as ciências sociais.

Tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa tem por preocupação o ponto de vista do indivíduo: a primeira considera a proximidade do sujeito, por exemplo, por meio da entrevista, questionários. Na segunda, essa proximidade é medida por meio de materiais, métodos empíricos e matemáticos (KNECHTEL, 2014). A pesquisa qualitativa está mais ligada à essência e descrição do objeto do que à sua quantificação. Em outras palavras, faz referência à dimensão da intensidade, sem grande ênfase à extensão, se preocupando mais com a qualidade. Nesse sentido, segundo Knechtel (2014): “A pesquisa qualitativa é complexa, permite diversidade e flexibilidade, abrigando tendências diversas apoiadas também em raízes filosóficas”.

Contudo, há estudos em que é possível que o pesquisador se interesse por dimensionar e observar determinado fenômeno quantitativamente, e ao mesmo tempo intencional avaliá-lo, buscando entendê-lo de forma completa e integral. Eis que tal estudo pode ser classificado como qualiquantitativo. Essa abordagem segundo Knechtel (2014): “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos”. E foi isso que se buscou contemplar nesta pesquisa. Através dos relatos das participantes que serão apresentados posteriormente, pode-se compreender e contemplar qualiquantitativamente os principais desafios enfrentados pelas participantes em sua busca pela educação superior, bem como categorizar numericamente os perfis dessas estudantes.

No que tange ao objetivo, cabe pontuar que esta pesquisa pode ser classificada como exploratória. Segundo Cervo e Silva (2006, p.27): “A pesquisa exploratória estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto desta e orientar a formulação de hipóteses”. Essa tipologia de pesquisa visa, principalmente, a descoberta, o achado, a elucidação de fenômenos ou a explicação daqueles que não eram aceitos apesar de evidentes (GONÇALVES, 2014).

2.3 Procedimentos adotados para o alcance dos objetivos

Convém pontuar que os procedimentos metodológicos adotados para a execução da pesquisa dividiram-se em quatro etapas. A primeira corresponde ao levantamento bibliográfico, cuja seleção de autores e referências que dialoguem com o tema proposto foi imprescindível, principalmente no que tange aos quesitos fundamentação e discussão. A segunda foi relativa à confecção do questionário semiestruturado, posteriormente sua aplicação ao público alvo, e por fim a análise dos resultados no *software Microsoft Office Excel*.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas plataformas acadêmicas online *Scielo*,

Google Acadêmico e *Scopus*. Tais plataformas auxiliaram de maneira mais precisa e holística a análise e compreensão histórica, em outros contextos, dos encaixos enfrentados por mulheres que buscaram se inserir no ensino superior, o que faz parte do processo de luta por igualdade de oportunidades, por exemplo. As indagações para a elaboração do questionário foram pensadas a partir da hipótese da exclusão e discriminação por gênero possivelmente vivenciada por muitas mulheres oriundas do interior de Pernambuco. A partir disso, elaborou-se um questionário que buscou abranger tal hipótese e conseqüentemente dar subsídios para que as mulheres entrevistadas pudessem expressar, de forma mais detalhada, suas vivências e experiências.

A aplicação do questionário ocorreu por meio eletrônico em conjunto com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) na plataforma *Google Forms*. O TCLE é um documento básico e fundamental do protocolo científico e da pesquisa com ética. Ele foi uma importante fonte de esclarecimento as participantes deste estudo, por tê-las informado previamente acerca das justificativas, objetivos, riscos e possíveis benefícios da presente pesquisa.

As mídias sociais usadas para a divulgação do estudo foram o *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp*. O questionário, como salientado anteriormente, foi elaborado na plataforma *Google Forms*, e a seleção das participantes obedeceu aos seguintes critérios: estudantes (mulheres) vindas do interior do estado de Pernambuco que estudassem em universidades públicas federais da RMR; estudantes da UFPE e UFRPE dos campi sede (Recife); mulheres discentes do curso de graduação. O questionário online ficou disponível para acesso do público durante 20 dias na plataforma. Cabe pontuar que 100 (cem) estudantes responderam aos questionários semiestruturados elaborados pela autora.

A quarta etapa correspondeu à análise dos dados obtidos. Todos os dados foram agrupados em categorias e sistematizados em planilhas. Para tanto, utilizou-se o *software Microsoft Office Excel*.

3. Resultados e Discussão

A trajetória das mulheres na sociedade brasileira é marcada, primordialmente, pelas lutas e reivindicações a direitos básicos e inalienáveis a elas enquanto cidadãs. A conquista de direitos como estudar, votar, trabalhar, entre tantos outros, esbarraram por muito tempo em limitações historicamente construídas pela sociedade patriarcal. Para Costa (2018) a mulher ocupa um papel estratégico no ciclo produtivo da sociedade, apesar do não reconhecimento social e econômico.

A invisibilidade da importância da atuação feminina desenhada pelo patriarcado vem sendo debatida e desconstruída em diferentes esferas e segmentos da sociedade atual.

Neste sentido a educação entra em cena e exerce um papel importantíssimo no auxílio e compreensão de processos de exclusão, até então negados pelo próprio sistema educacional, uma vez que este foi pensado de início pelos homens e para os homens. Silva (2004) descreve as desigualdades no sistema educacional, em que as mulheres eram privadas de frequentar escolas, restando a estas “o aprender a ser do lar” e aos homens a serem os “senhores da sociedade”.

Mediante tais constatações históricas de exclusão das mulheres para se inserir no sistema educacional, a presente pesquisa buscou contemplar relatos contemporâneos das principais vivências e dificuldades enfrentadas por mulheres oriundas dos municípios interioranos de Pernambuco em sua trajetória de inserção no ensino superior em universidades públicas. Os questionários, enquanto ferramenta utilizada para coleta de dados nesta pesquisa buscou abordar questões relativas ao acontecimento de eventuais formas de discriminação por ser mulher, ou ser do interior em sua inserção no ambiente universitário, bem como desafios e encaixos enfrentados nessa trajetória.

No que se refere à tabulação de dados qualitativos a partir das respostas obtidas nos questionários, pode-se então traçar algumas constatações. De modo geral, as participantes deste estudo compartilharam os desafios diários do ser mulher, do ter que se deslocar de municípios do interior para os grandes centros a fim de ingressar em um curso superior. De forma geral, elas estão inclusas na faixa etária dos 16 aos 40 anos e são estudantes dos cursos oferecidos (tabela 1) pela Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal Rural de Pernambuco, no Campus de Recife.

Tabela 1: Perfis das estudantes das universidades da Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal Rural de Pernambuco que participaram desta pesquisa.

| Idade | Regiões dos municípios de origem das participantes | Instituição | Como se mantêm? |
|--|--|---|--|
| 16-22 anos = 52% 23-28 anos = 34% 29-35 anos = 9% Acima de 36 anos=5% | Agreste = 46% Mata Pernambucana = 25% Sertão Pernambucano = 20% São Francisco Pernambucano=9% | UFPE = 69% UFRPE = 31% | Bolsista = 54% Financ. pelos pais=25% Trabalha= 21 % |
| Primeira mulher da família a ingressar no ensino superior? | Teve incentivo da família? | Pretende voltar pra seu município? | Deseja fazer uma pós- graduação? |
| Sim = 53% Não = 40% Não sabem = 7% | Sim = 88% Não = 12% | Não =43% Sim=28% Talvez =29% | Sim = 73% Não = 22% Talvez = 5% |

Fonte: Santos, L. C. (2020).

Uma das indagações mais importantes presente no questionário refere-se à ocorrência de qualquer forma de discriminação por ser mulher, ser do interior entre outras. Neste quesito, 74% das participantes declararam já ter sido alvo de algum tipo de discriminação, primordialmente por serem mulheres. Segundo elas, muitas vezes o preconceito manifesta-se de maneira camuflada a partir de falas que aparentam ter boas intenções, mas que estão repletas de preconceitos patriarcais. As demais 26% declararam que nunca se sentiram discriminadas. Mediante isso, cabe pontuar que muitos dos tipos de preconceitos sofridos e relatados por essas mulheres são frutos de uma complexa teia de ideias historicamente limitantes, que menosprezam os sonhos de ascensão e autonomia dessas estudantes e que buscam reduzir seus horizontes a ideais obsoletos de pertencimento ao lar e aos afazeres domésticos.

Questões referentes aos desafios enfrentados por essas mulheres no decorrer da sua trajetória de inserção na universidade, também foram abordadas. De acordo com os relatos feitos por essas estudantes, de maneira geral, os desafios começam no ambiente familiar, comunitário ou na cidade onde elas residem e com as pessoas com as quais se relacionam, sejam com piadas pejorativas ou argumentos ofensivos. Segundo elas comentários depreciativos relativos à sua índole e comportamento são comuns e só mostram que o machismo estrutural ainda rege o padrão de comportamento do que se espera de uma “mulher direita” na cidade e na sociedade onde vivem.

Foi recorrente encontrar nos relatos das participantes expressões ofensivas ouvidas por elas desde a inserção em cursinhos de vestibular até o ingresso no ensino superior. Relatos como: “...a vida no mundo é coisa de homem...”; “...a mulher é pra casar e cuidar dos filhos, antes disso deve ficar debaixo dos olhos dos pais...” são comuns no contexto dessas estudantes. Tais relatos ainda trazem a tona o comportamento da população local, que reforçam a ideia de que a mulher foi criada ou só serve pra “gerenciar o lar” e as que tentam sair deste padrão tem sua integridade e moral atacadas. Costa (2018) discorre que a defesa da reclusão doméstica para as mulheres é um reflexo da cultura colonial, onde a casa representava uma honra a ser protegida e por isso ainda é comum ouvir expressões que atacam o caráter e a índole das mulheres.

Os dados apresentados na tabela 1 são um reflexo desta realidade. Em termos percentuais, 53% das entrevistadas alegaram ser a primeira mulher da família a ingressar em uma universidade. E para, além disso, a maioria delas não se sente motivada a regressar ao seu município de origem (43%) seja por motivos pessoais ou por fatores como a escassez de maiores oportunidades de trabalho e valorização profissional, por exemplo.

Os vários estereótipos femininos, criados a partir de ideias patriarcais, estão enraizados e determinam até hoje os padrões de comportamentos que mulheres devem apresentar perante a sociedade, seja em relação aos cargos que elas devam ocupar, ou

quais cursos devam fazer. Tais fatos segundo Moraes (2012) acabam dando, mesmo que de maneira sutil, uma nova roupagem a discursos sexistas, misóginos e preconceituosos.

Por muito tempo o acesso à educação foi um privilégio masculino, ou ainda, de pessoas que residem próximos aos centros urbanos, onde se concentravam o maior número de universidades (CAMARGO; ARAUJO, 2018). Para Silva (2004), o ingresso a cursos universitários por mulheres no Brasil iniciou-se tardiamente, caracterizando uma deficiência que se arrasta até os dias atuais e que tem início, primordialmente, no ensino básico.

Ao ingressar nas universidades, as mulheres se deparam com situações cada vez mais perversas. As formas de preconceito e machismo ficam explícitas através de atitudes e falas nas quais elas podem identificar a discriminação por elas serem mulheres, serem do interior, serem geralmente de família humilde e iletrada, e em alguns casos, terem idade avançada e filhos. Para Além do que foi destacado, em alguns relatos, percebeu-se que algumas das estudantes já foram tratadas como “seres desprovidos” de conhecimento ou de inteligência por seus colegas de turma e até professores. Tais fatos conseqüentemente corroboraram para que elas fossem evitadas em grupos de estudos e estágios, conforme relatos abaixo:

“... As pessoas acham que você não é capaz menosprezam qualquer ideia sua, por que as pessoas do interior ainda são atrasadas.”

“... Ouvei pessoas falarem que não seria capaz de terminar a graduação ou de atender alguém na minha profissão...”

“... Já fui muito chamada de "matuta" por ser do interior, já ouvi várias vezes que o curso de Zootecnia não era pra mulheres, que a gente não tem jeito pra coisa, etc.”

“... Cursos técnicos como eletrotécnica e Programação de Jogos que eram vistos como predominantemente masculinos. Recusa de estágio em eletrotécnica unicamente por ser mulher...”

Além das dificuldades acima supracitadas, as participantes citaram também a falta de oportunidade de serem ouvidas nos espaços de falas, e em debates nas aulas em cursos que são majoritariamente masculinos, como uma das situações nas quais elas se sentem mais tolhidas. Por serem muitas vezes tratadas com inferioridade, elas ainda enfrentam a dupla ou tripla jornada: universidade, trabalho e família; além de lidarem com a sensação de insegurança, e o medo da violência contra a mulher. Tais constatações ficam explícitas a partir de alguns relatos como estes:

“... Uma das situações que mais me perturba é a dupla jornada que enfrento diariamente. Como mulher sempre foi esperado de mim, além de um excelente desempenho na universidade, todo um suporte em casa, organização, cuidar do irmão menor, etc. mesmo com 6 horas por dia sendo perdidas do deslocamento casa-Universidade ainda sou cobrada de maneira esdrúxula...”

“... Espera-se da mulher, e isso ocorre de forma bem natural, que ela dê conta dos afazeres antes de executar qualquer outra atividade...”

“...No meio acadêmico a mulher tem sempre que provar que tem capacidade e inteligência. O protagonismo masculino é notável ainda nessa esfera. A competitividade e os hábitos patriarcais sempre dificultaram a minha livre manifestação . Isso nos torna extremamente vulneráveis ...”

“...Não se sentir segura dentro da casa do estudante universitário, dentro de transporte coletivo, na universidade, em todo lugar... não ter a liberdade de ir e vim sem medo de ser estuprada, assediada ou violentada...”

“...Acredito que a distância de casa já é algo que afeta substancialmente, você não tem sua base familiar por perto, além disso, nós mulheres somos muito cobradas dentro e fora da universidade, sempre temos que ser exemplo...”

“...A solidão por estar longe da família, o processo de adaptação a uma nova cidade muito mais frenética e agitada que a minha de origem e as novas pessoas a conhecer...”

Almeida (2018) relatou a experiência vivenciada por mulheres que saíram do interior para estudar em lugares distantes das suas casas como uma das experiências mais desafiadoras e emblemáticas da vida das mulheres. Muitas vezes, é difícil quebrar os paradigmas impostos socialmente as elas e ir de encontro à ruptura de uma série de dogmas patriarcais. A perseverança, a resiliência destas estudantes em todo trajeto no curso de graduação, e muitas vezes de permanência na moradia em casa do estudante, devem ser características notadamente reconhecidas, admiradas.

Ademais, as participantes também foram questionadas se acreditam que a educação

pode promover a autonomia da mulher e a equidade de gênero. A partir dessa indagação 92% das mulheres responderam que sim. E ainda apontaram que: "... a educação nos capacita a ocupar os espaços com voz ativa, nos possibilita perceber o mundo fora dos muros domésticos..."; "...por que a educação é uma ferramenta importante de transformação da sociedade..." . Entre tantos outros relatos, como alguns elencados abaixo:

"... A educação é a ferramenta mais poderosa para se mudar o mundo". Esta frase clássica de Nelson Mandela responde claramente a esta pergunta. Isso porque se houver equidade no acesso à educação para todos, principalmente para as mulheres, o desenvolvimento humano, social e econômico será inevitável..."

"... Sendo a educação um meio para o diálogo e sensibilização da humanidade por uma sociedade mais igualitária. Trabalhando as questões de gênero em todos os momentos do ensino fundamental e médio, bem como inserir a discussão nas ementas e matrizes curriculares dos cursos ..."

As outras 8% alegaram que a educação não provoca mudanças significativas em suas vidas e não prestaram mais esclarecimentos sobre a referida pergunta.

Mediante tais alegações, eis que urge aqui um espaço para maiores discussões e reflexões. Por muito tempo o acesso à educação foi um privilégio masculino, ou de pessoas com alto poder aquisitivo. Assim, pessoas que residiam próximo aos centros urbanos, onde se concentravam o maior número de universidades, eram as mais privilegiadas (CAMARGO e ARAUJO, 2018).

Atualmente no Brasil as mulheres, embora não reconhecidas, são maioria nas universidades, dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), apontam que o número de mulheres com ensino superior concluído chega a 37,9% a mais do que dos homens, pode-se considerar que este cenário reflete as ações dos movimentos feministas, que vem alcançando feitos antes inimagináveis, a exemplo as mulheres escolherem suas profissões partir da formação em cursos superiores (PEREIRA; FAVARO, 2017).

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019) as mulheres brasileiras atualmente têm 34% mais probabilidade de se formar no ensino superior do que seus pares do sexo masculino, mas também elas têm menos chances de conseguirem emprego. Essa é uma das conclusões do relatório *Education at a Glance 2019*, uma espécie de raio-X da educação divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O fato de as mulheres serem maioria entre estudantes universitários brasileiros é um evento

relativamente recente, considerando que em 1956 elas representavam 26% do total de matriculados/as e, em 1971, não passavam de 40% (BARRETO, 2014).

Para além de uma profissão, o acesso à educação permite compreender e identificar os processos históricos nos quais se constituíram o patriarcado, o machismo e o histórico de opressão das mulheres. Ao se compreender como a sociedade foi pensada e estruturada para elas e em suas diferentes realidades, pode-se então tomar ciência das diferentes maneiras de opressão e conseqüentemente coibi-las.

4. Conclusões

Mediante todas as discussões que foram apresentadas no decorrer do presente trabalho, faz-se imprescindível tecer algumas considerações. Em um primeiro momento, é oportuno pontuar que, a partir das análises feitas neste estudo, constatou-se que há preconceito de gênero em relação ao acesso das mulheres ao ensino superior e que este se fez e ainda faz-se presente na contemporaneidade. A exclusão e as falas preconceituosas ouvidas e relatadas pelas mulheres entrevistadas em relação à sua inserção no ambiente universitário revelam uma triste faceta de uma sociedade retrógrada, com heranças e valores patriarcais que tolhem e diminuem a ascensão das mulheres e conseqüentemente da sociedade como um todo.

A conquista de direitos adquiridos pelos movimentos feministas caracteriza-se como um marco importantíssimo na história da luta pela igualdade de gênero. Ao assegurar que cada vez mais mulheres possam ter o acesso à educação superior e a políticas públicas que permitam seu ingresso e permanência nas universidades, mais mulheres serão atingidas, beneficiadas e assistidas de fato por um direito constitucional inalienável: a igualdade de oportunidades. Além disso, discussões que abarquem e fomentem o debate sobre a igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade civil devem ser tidas como parte indissociável de um processo civilizatório, humanístico e democrático. Por conseguinte, essas discussões devem ser adotadas e trazidas para universidades, escolas, e espaços políticos.

Nos dias atuais, a abertura e o acesso a uma gama de cursos universitários pela nova geração de mulheres caracterizam-se como reflexo de mudanças históricas e de natureza dialética que foram integrantes e resultantes de um processo democrático, reivindicatório. As vivências e experiências construídas e compartilhadas pelas mulheres participantes da pesquisa sinalizam a luta por mudanças e construções que possibilitam, de certa forma, o acesso a mais oportunidades, à desconstrução de falácias limitantes e enfrentamento ao machismo estrutural. O enfrentar, o superar qualquer forma de discriminação, preconceito e estigma socialmente construído, para além da prática de um direito humano resguardado, marca a transformação de uma sociedade que deve ser edificada com base na fraternidade, na igualdade e na sororidade.

Assim, portanto, a superação da subalternização à qual as mulheres foram e são historicamente vulneráveis, tal como a sublimação de preconceitos de gênero em suas trajetórias acadêmicas, caracterizam o marcar de uma nova época, com novos valores. Tais valores estão ancorados, sobretudo, na resiliência feminina frente ao enfrentamento de dogmas patriarcais limitantes, além da independência e autonomia para o traçar uma nova história, dissociada de preconceitos e com base em uma educação emancipatória, holística e cidadã; educação essa que venha a promover às mulheres o acesso a um maior número de oportunidades e o alcance da igualdade de gênero.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, D. B. (2018). Eu sou do interior... eu vim estudar em Porto Alegre: memórias de experiências sensíveis em uma moradia estudantil (1974-1983). *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 259-278. 2018.

ARANHA, M. L. A. (2006). História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Moderna.

BARRETO, A.(2014). A MULHER NO ENSINO SUPERIOR DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTATIVIDADE. Rio de Janeiro, *Cadernos do GEA*, n. 6, jul./dez. 2014.

BEAUVOIR, S. (1980). O Segundo sexo: fatos e mitos; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. (2009). A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v.39, n.136, p.125-156, jan./abr.2009.

BLAY, E. A. (2001). Um caminho ainda em construção, a igualdade de oportunidades para as mulheres. *Revista USP*, São Paulo, n. 49, p. 82-97.

BRASIL (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Editora Saraiva.

BRASIL. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, BRASIL, 2020.

CAMARGO, A. M. M.; ARAÚJO, I. M. (2018). Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate. *Acta Scientiarum. Education*, v. 40(1).

CERVO, A.; SILVA, R. (2006). Metodologia Científica. 6ª ed. São Paulo. Pearson

COSTA, F. A. (2018). Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas* v. 3, n. 6, 2018.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L.(2007) Pesquisa de métodos mistos. Porto Alegre: Penso.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A (2008). Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, 2008.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL (2020). Relatório Mundial sobre a Desigualdade de Gênero. 2020. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2020.pdf. Acesso em: 05 de março de 2020 às 13:30 .

- GIL, A. C (2007). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo. Atlas.
- GISI, M. L. (2006) A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. Revista diálogo educacional. Curitiba, v.6, n.17, p. 97-112, Jan/abr.
- GONÇALVES, H. A (2014). Manual de metodologia da pesquisa científica. 2ª edição.
- GUEDES, M. C. (2004): O contingente feminino de nível universitário nos últimos trinta anos do século XX: a reversão de um quadro desigual, 2004.
- GUEDES, M. C. (2008). A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 117-132.
- GUEDES, M. C. (2009). Na medida do (im)possível: família e trabalho entre as mulheres de nível universitário. Tese de Doutorado. UNICAMP. Campinas (SP).
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) (2019). Considerações sobre o relatório da OCDE Repensando a garantia de qualidade para o Ensino Superior no Brasil. Disponível em:<<http://inep.gov.br/sinaes/relatorio-ocde>>. Acesso em: 05. mar.2020 às 10:00.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE (2018). Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2020 às 16:00.
- KNECHTEL, M. R. (2014). Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba.
- LOURO, G. L. (2014). Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes.
- MORAIS, M. L. Q. (2012). Feminismo e Política: dos anos 60 aos nossos dias. Estud. sociol, Araraquara, v.17, .32, p. 107-121.
- PEREIRA, F. A. C., FAVARO, A. L. G. (2017). História da Mulher no Ensino Superior e Suas Condições Atuais de Acesso e Permanência.
- RIBEIRO, A. I. M.(2000 Mulheres educadas na Colônia . In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica.
- SECO, A. P.; AMARAL, T. C. I.(2020). Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html. Acesso em: 18 jul. 2020.
- SILVA, T. G. (2004). Feminismo e liberdade: seu sujeito total e tardio na América Latina. 166 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPB, João Pessoa.
- SOUZA, R. G. S.; SARDENBERG, C. M. B. (2013). Visibilizando a mulher no espaço público: a presença das mulheres nas universidades. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013. Anais. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-13.
- STAMATTO, M. I. S.F. (2020). Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil:1549- 1910). Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- TELES, M. A. A. (1993). Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense.

UFPE. Instituição (2020). Disponível em: <<https://www.ufpe.br/institucional>> Acesso em: 01 de fevereiro de 2020 às 09:00.

UFRPE. Instituição (2020). Disponível em: <<http://www.ufrpe.br>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2020 às 17:00.f

WHITAKER, D. (1988). Mulher & homem: o mito da desigualdade. São Paulo: Moderna.